



---

Sessão Plenária Mundos da Sociologia, Sociologias do Mundo

---

A Configuração do Mundo Presente

---

MOITA, Luís

---

### Resumo

Na sua ambição por observar, compreender e interpretar as realidades sociais, em si mesmas e nas suas mudanças, os sociólogos servem-se de utensílios conceptuais mais ou menos consagrados.

Um deles – como bem sabem – é o conceito de estrutura, entendida como travejamento que daria consistência à realidade social e que importaria descortinar para além das camadas visíveis. Basta recordar que para Jean Piaget na ideia de estrutura estão contidos três elementos, a saber, a totalidade, o dinamismo e a auto-regulação. Uma estrutura social é algo de que se pode falar no singular, como um todo, mas um todo sujeito a processos de transformação e dotado de dispositivos de compensação dos inevitáveis desequilíbrios.

Muito próximo é o conceito de sistema, tão usado nos diversos ramos científicos. Entre vários outros aprofundamentos deste conceito, podemos registar o de Georges Lerbet para quem o sistema acrescenta à estrutura a ideia de energia, mais concretamente a troca de energias entre a estrutura e a realidade envolvente, o entorno. Entre a totalidade dinâmica em causa e o que lhe é circundante dar-se-ia uma permuta regular de interações, um vaivém de energias e, aí sim, encontraríamos a ideia de sistema, resultante deste novo composto de estrutura mais rede de interações, agindo por vezes segundo o modelo cibernético de *input*, *output* e *feedback*, num complexo de acção e retroacção.





Na sua ambição por observar, compreender e interpretar as realidades sociais, em si mesmas e nas suas mudanças, os sociólogos servem-se de utensílios conceptuais mais ou menos consagrados.

Um deles – como bem sabem – é o conceito de estrutura, entendida como travejamento que daria consistência à realidade social e que importaria descortinar para além das camadas visíveis. Basta recordar que para Jean Piaget<sup>i</sup> na ideia de estrutura estão contidos três elementos, a saber, a totalidade, o dinamismo e a auto-regulação. Uma estrutura social é algo de que se pode falar no singular, como um todo, mas um todo sujeito a processos de transformação e dotado de dispositivos de compensação dos inevitáveis desequilíbrios.

Muito próximo é o conceito de sistema, tão usado nos diversos ramos científicos. Entre vários outros aprofundamentos deste conceito, podemos registar o de Georges Lerbet<sup>ii</sup> para quem o sistema acrescenta à estrutura a ideia de energia, mais concretamente a troca de energias entre a estrutura e a realidade envolvente, o entorno. Entre a totalidade dinâmica em causa e o que lhe é circundante dar-se-ia uma permuta regular de interações, um vaivém de energias e, aí sim, encontraríamos a ideia de sistema, resultante deste novo composto de estrutura mais rede de interações, agindo por vezes segundo o modelo cibernético de *input*, *output* e *feedback*, num complexo de acção e retroacção.

Recordadas estas duas ideias de estrutura e de sistema, não vos escondo a minha preferência por uma outra, desenvolvida pelo sociólogo alemão Norbert Elias: o conceito de configuração. Visando superar o dilema de uma sociologia assente nos homens considerados como indivíduos *versus* uma sociologia dos homens considerados como sociedades, propõe o termo “configuração” para significar a situação onde se desenrola a multiforme relação entre indivíduos em ambiente de interdependência, constituindo um conjunto de tensões onde interagem não só as mentes mas as pessoas como um todo, onde estão presentes as acções e as relações recíprocas<sup>iii</sup>, seja qual for a escala a que este relacionamento se realize. Elias pormenoriza a situação de quatro homens que jogam às cartas sentados a uma mesa, formando justamente uma configuração. Logo acrescenta, porém, que o termo se aplica “tanto aos grupos relativamente restritos como às sociedades formadas por milhares ou milhões de seres interdependentes”<sup>iv</sup>. Uma turma de alunos, um grupo terapêutico, uma cidade, uma nação... representam configurações, graças às redes de interdependências que as constituem. Para designar realidades muito diferentes, desde os parceiros de jogo até ao sistema internacional, é apropriado o termo de configuração.

Seja dito entre parêntesis que esta proximidade de ideias – o jogo, a internacionalização – evoca a aplicação da teoria dos jogos à análise das relações internacionais<sup>v</sup>, para já não falar da metáfora do “grandioso tabuleiro de xadrez” escolhida por Brzezinski para título do seu célebre livro<sup>vi</sup>.

Um dos méritos deste conceito tratado por Norbert Elias é o de recordar que os grandes conjuntos sociais, sendo evidentemente colectivos, não deixam de ser humanos. O anonimato das multidões não faz esquecer que elas são formadas por pessoas singulares, elas próprias um todo em si. Há um domínio onde esta perspectiva se materializa: no caso das relações internacionais, habituados como estamos a considerar os Estados como agentes privilegiados, somos agora obrigados a introduzir também o papel dos indivíduos como actores globais, pensando em homens nossos contemporâneos como Mikhaïl Gorbatchev, Karol Woitila ou Nelson Mandela e na influência que tiveram na evolução dos acontecimentos mundiais. Mais ainda: a sociologia parece assim vinculada a integrar nas suas análises a dimensão da intersubjectividade. A ideia de configuração abrange esse complexo cruzamento de interdependências onde adquirem consistência tanto os indivíduos em relação como as sociedades.

Ao incluir a multiplicidade de escalas, o conceito de configuração aponta para essas múltiplas plataformas de comunicação e de interacção onde se desenrolam os factos sociais. Nelas o todo é mais que o somatório das partes. Assim como o concerto de uma orquestra não se limita à sobreposição dos vários instrumentos que a compõem mas pressupõe algo de holístico onde cada elemento se integra a nível superior, assim



também nas configurações sociais há uma totalidade envolvente, delimitada pela densa rede de interações e susceptível de dar um acréscimo de sentido a cada uma das suas componentes.

Estes “mundos da sociologia” remetem assim para as “sociologias do mundo”, segundo o feliz título da nossa sessão. “Sociologias do mundo”! Mas um olhar sociológico sobre a configuração do mundo presente acaso permitirá concluir que nela persiste uma contradição dominante, a contradição gerada pelo antagonismo de duas tendências, uma no sentido da universalização, outra da fragmentação? Alguns julgam que sim, o que basta para o assunto merecer análise. Ainda há pouco, no seu estilo quase provocador e pelo menos inquietante, Régis Debray escrevia: “Os nossos sistemas técnicos cobrem um espaço cada vez mais vasto com uma duração de vida cada vez mais curta; enquanto que as nossas culturas nacionais são insistências de longa duração, mas circunscritas a um território localizado”<sup>vii</sup>. E mais à frente: “A cultura fracciona a espécie humana em personalidades não intercambiáveis – etnias, povos, civilizações – enquanto a técnica a une, tornando os nossos objectos inter-operativos”<sup>viii</sup>.

Este tipo de pensamento inclina-se assim para identificar a tecnologia, ou a economia (bem como a ecologia), como factores que se movimentam para além das fronteiras, dando origem a correntes transnacionais. Na sua simplificação binária, pela combinatória do 0 e do 1, a linguagem numérica da tecnologia informacional simboliza enfaticamente a ambição de universalidade. Enquanto isso, na sua expansão, ou mesmo na sua imaterialidade, o mercado mundializa-se. O conhecimento científico-tecnológico seria assim vector de compreensão universal e o sistema de produção e de trocas seria elemento por excelência do processo de integração mundial.

Em sentido contrário, segundo este ponto de vista, as culturas introduziriam essencialmente dinâmicas de fragmentação. A cultura parece ser naturalmente geo-referenciada: as suas raízes mergulham em espaços geográficos, delimitados por fronteiras, as quais seriam justamente essas linhas imaginárias que demarcam identidades e, mais, que produzem irredutibilidades. A representação simbólica partilhada geraria sentimentos de pertença e a afirmação da identidade colectiva obter-se-ia pela oposição ao outro, ao diferente. E a própria grelha interpretativa da situação internacional estaria na rota de colisão das áreas civilizacionais. Na dimensão cultural encontraríamos o foco de antagonismos e roturas, contrariando a suposta universalidade tecno-económica. O nosso mundo estaria, a um tempo, mais unificado e mais dividido: tecnologicamente mais unificado, culturalmente mais dividido.

Deveremos aceitar como boa esta interpretação? Sinceramente não creio. Se a abertura dos mercados e a disseminação tecnológica permitem uma certa generalização das dinâmicas e até mesmo uma relativa uniformização dos padrões, não parece aceitável entender as identidades como redutos fechados, condenados ao antagonismo (por mais que a pertença cultural possa estar na origem de exclusivismos), nem redesenhar o mapa-múndi seguindo o traçado das fracturas civilizacionais.

Várias ordens de razões justificam este outro ponto de vista. Vejamos algumas.

Antes de mais, as culturas não são construções estáveis. Longe de serem essências “eternas”, as identidades, sem prejuízo das suas linhas de continuidade, também são mutantes, relacionais, circunstanciais. O seu enraizamento territorializado não é sinónimo de circuito fechado.

Em segundo lugar, as culturas são susceptíveis de sobreposição: em cada um se podem acumular e sobrepor diversas identidades, as quais convivem em nós mesmos, algumas em tensão conflitual, outras em harmónica complementaridade. Mas também de miscigenação: as interações geram formas híbridas de representar a realidade, de referenciar valores e de moldar costumes.

Em terceiro lugar, as identidades étnicas, os perímetros dos sentimentos nacionais ou as áreas civilizacionais não são necessariamente, no seu interior, zonas de harmonia, nem, para o exterior, focos de repulsa ou mesmo violência. Internamente são atravessados por conflitos e externamente podem ser espaços abertos à interacção positiva.



Por último, as dimensões culturais das configurações colectivas são susceptíveis de internacionalização, ou mesmo de (quase) universalização. Não apenas pela generalização de idênticos padrões de consumo ou de conduta, mas ainda e sobretudo por o facto cultural, quando profundo, não obstante a sua singularidade, ser portador de sementes de universalidade.

Se é assim, então nem o pluralismo cultural, nem a diversidade civilizacional devem ser vistos como delimitações antagónicas, condenadas à produção de roturas. Pelo contrário, o pluralismo cultural está para o mundo humano como a biodiversidade está para o planeta terra. A diversidade ecológica significa a multiplicidade dos ecossistemas, a diversidade específica aponta para a multiplicidade das espécies e a diversidade genética assegura a multiplicidade dos genes. Por analogia, a multiplicidade cultural – humana e social – significa uma inesgotável forma de enriquecimento da nossa espécie. Além de tudo o mais, só ela permite que o nosso sentimento de pertença seja potenciado pela multi-pertença.

Se, ao visitar o “mundo das sociologias”, dei relevo a conceitos elaborados por um sociólogo alemão (no caso, Norbert Elias), permito-me concluir, nesta digressão pelas “sociologias do mundo”, com a referência ao pensamento de outro alemão contemporâneo, Ulrich Beck. As suas ideias de “cosmopolitismo” e de “democracia cosmopolita” partem justamente desta pluralidade das diferenças, nunca negadas, antes reconhecidas (até no seu potencial de violência), mas no quadro de uma nova “gramática”. A distinção entre “nós” e os “outros” transforma-se numa “diferença inclusiva”, ou uma inclusão aditiva, graças a uma “imaginação dialógica”, de tal modo que o cosmopolita é cidadão do cosmos e cidadão da polis<sup>ix</sup>. Se o universalismo presume poder negar as diferenças, o cosmopolitismo assume-as<sup>x</sup>.

Essa nova gramática leva Beck a falar, à semelhança de Habermas<sup>xi</sup>, de “política pós-internacional”: sem negar o prosseguimento do papel dos Estados, reconhece o relativo declínio dos centros de decisão política e abre para uma nova maneira de pensar a realidade global do nosso mundo.

No nosso caso concreto, é de prever que as categorias mentais e as análises dos sociólogos aqui brevemente referidas nos permitam um olhar renovado sobre a nossa condição, que é a da geometria variável das nossas múltiplas identidades (com peso importante da “pátria” da lusofonia), em espaços sociais de pluralismo cultural e na qualidade de cidadãos cosmopolitas, numa configuração internacional atravessada pela globalidade e pela fragmentação.

- <sup>i</sup> Ver *O estruturalismo*, (tradução portuguesa de Fernanda Paiva Tomaz), Lisboa: Moraes Editores, 1981, pp. 10-20.
- <sup>ii</sup> Ver *De la structure au système: essai sur l'évolution des sciences humaines*, Éditions Universitaires, 1986 nomeadamente pp. 18-21. Ver também do mesmo autor *Approche systémique et production de savoir*, Paris: L'Harmattan, 1993.
- <sup>iii</sup> Ver *Qu'est-ce que la sociologie?* (traduzido do alemão por Yasmin Hoffman), Paris: Éditions de l'Aube, 1986, pp. 154-161. "O 'indivíduo' e a 'sociedade', não constituem, como o actual uso dos termos poderia fazer crer, dois objectos que existem separadamente, quando de facto são níveis diferentes mas inseparáveis do universo humano" p. 156.
- <sup>iv</sup> *Op. cit.*, p. 158.
- <sup>v</sup> Tem particular interesse a leitura de G. E. RUSCONI, (org.), *Giochi e paradossi in politica*, Torino: Einaudi, 1989.
- <sup>vi</sup> Ver Z. BRZEZINSKI, *The Grand Chessboard: American Primacy And Its Geostrategic Imperatives*, New York: Basic Books, 1997.
- <sup>vii</sup> Em *Un mythe contemporain: le dialogue des civilisations*, Paris: CNRS Éditions, 2007, p.30.
- <sup>viii</sup> *Ib.* pp. 30-31.
- <sup>ix</sup> Ver *Poder y contrapoder en la era global*, (tradução espanhola de R.S Carbó), Brcelona: Paidós, 2004, pp. 70 ss. Do mesmo autor, ver igualmente *La società cosmopolita*, (tradução italiana de Carlo Sandrelli), Bolonha: Il Mulino, 2003, pp. 45 ss.
- <sup>x</sup> Neste mesmo sentido, ver Boaventura de Sousa Santos, "Toward a Multicultural Conception of Human Rights", publicado em Hernández-Truyol, Berta (Ed.), *Moral Imperialism. A Critical Anthology*, New York: New York University Press, 2002.
- <sup>xi</sup> Ver Jürgen Habermas, *La costellazione postnazionale*, (tradução italiana de Leonardo Ceppa), Milano: Feltrinelli, 2002